Nome: **Sala:**

Documento de identidade: Sequência:

Inscrição:

Local de prova:

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CRF/ES

CONCURSO PÚBLICO
NÍVEL SUPERIOR

CARGO 100:

ADVOGADO

Provas Objetivas

INSTRUÇÕES

- **Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas.**
- **Verifique atentamente se este caderno de provas corresponde ao cargo de sua inscrição e se contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada uma, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao chefe de sala que tome as medidas cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.**

Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

"A sabedoria oferece proteção"

- Você dispõe de **3 (três) horas** para a realização das provas. Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à entrega do material, à identificação – que será feita no decorrer das provas –, e ao preenchimento da **folha de respostas**.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta.
- É proibido fazer anotações de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou) em qualquer outro meio que não os permitidos.
- Somente após decorrida **1 (uma) hora** do início das provas, você poderá entregar sua **folha de respostas** e este caderno de provas e retirar-se da sala.
- Você só poderá levar este caderno de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** do tempo destinado à realização das provas.
- Não se comunique com outros candidatos e nem se levante sem a autorização do chefe de sala.
- Ao terminar as provas, chame o chefe de sala, devolva-lhe sua **folha de respostas** devidamente assinada e deixe o local de provas.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente **caderno** ou na **folha de respostas** poderá implicar a anulação das suas provas.

- **Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.**
- **É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.**
- **Mais informações: contato@institutoibest.com.br | Canal Telegram: @institutoibest**

Nas questões que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 5.

O motivo do crime foi passional, nele envolvidos, como vítima, o capitão-de-fragata Luís Lopes da Cruz, comandante do Cruzador da Armada nacional, o Tiradentes, que regressava de uma missão na República do Paraguai, e, como principal acusado, o médico e intendente municipal, Dr. José Mendes Tavares, tido como mandante do crime, praticado por Quincas Bombeiro e João da Estiva. A esposa do primeiro havia voluntariamente abandonado o lar do casal, negando-se a ele voltar a despeito das numerosas cartas que o marido lhe endereçara, até com promessa de perdão e esquecimento. Endereçara carta também ao acusado, ameaçando-o de morte e o desafiando para um duelo entre os dois até à morte. Estavam as coisas neste pé, num clima de tensão e emocionalmente exaltado, quando se deu o crime. A opinião pública, levada pelo noticiário da imprensa, que simplesmente relatava os últimos fatos, ficara do lado da vítima, abandonando Mendes Tavares à própria sorte, tido como o pivô da tragédia, sem o apoio dos correligionários da véspera, adeptos da candidatura militar de Hermes da Fonseca. Evaristo de Morais foi advogado somente de Mendes Tavares, ficando a defesa dos outros acusados por conta do Dr. Seabra Júnior, condenados a longos anos de cadeia, vindo um deles a falecer na penitenciária onde cumpria a pena. Evaristo lograra a absolvição de seu constituinte em três júris sucessivos, conseguindo desvinculá-lo da acusação de mandante ou de participante no crime.

FILHO, Evaristo de Morais. **Prefácio**. In: BARBOSA, Rui. **O dever do advogado**. Carta a Evaristo de Morais. 3.ª ed. rev. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2002, p. 12-13 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Com base na leitura e interpretação do texto, é correto afirmar que

(A) o crime chamado de "passional" no início do texto é o crime de feminicídio.
(B) a esposa do Dr. Mendes Tavares, ao saber do crime, abandonou sua casa.
(C) o Dr. José Mendes Tavares havia sido ameaçado de morte por Luís Lopes da Cruz, antes do crime.
(D) os agentes que praticaram o crime foram presos e morreram na cadeia, enquanto o mandante foi absolvido pela justiça.
(E) a imprensa posicionou-se explicitamente a favor da vítima e contra o acusado, o que colaborou para a condenação dele.

QUESTÃO 2

A expressão "seu constituinte" (linha 28) refere-se ao personagem

(A) Evaristo de Morais.
(B) Dr. José Mendes Tavares.
(C) Dr. Seabra Júnior.
(D) Hermes da Fonseca.
(E) Luís Lopes da Cruz.

QUESTÃO 3

A expressão "a despeito" (linha 10) tem o mesmo sentido de

(A) apesar.
(B) acerca.
(C) além.
(D) à medida.
(E) a fim.

QUESTÃO 4

Com base nas relações sintáticas e semânticas estabelecidas entre termos no texto, assinale a alternativa correta a respeito da oração "Endereçara carta também ao acusado" (linha 13).

(A) O sujeito dessa oração classifica-se como indeterminado.
(B) O sujeito da oração é "A esposa" (linha 8).
(C) O sujeito da oração é o termo "carta" (linha 13).
(D) O sujeito da oração é o termo "acusado" (linha 13).
(E) O sujeito dessa oração e o da oração "que o marido lhe endereçara" (linha 11) têm o mesmo referente.

QUESTÃO 5

Com relação ao emprego do sinal indicativo de crase, assinale a alternativa correta.

(A) A crase é obrigatória no trecho "até à morte" (linha 15), porque a palavra "morte" é feminina.
(B) A crase é opcional em "à própria sorte" (linha 20) porque o termo "própria" já determina o substantivo "sorte".
(C) No trecho "vindo um deles a falecer" (linha 26), o emprego do sinal de crase é opcional.
(D) A supressão do sinal indicativo de crase em "até à morte" (linha 15) seria correta.
(E) Seria correta a inserção do sinal de crase no trecho "lograra a absolvição" (linha 27).

Texto para as questões de 6 a 10.

Voltaire chamou um dia, brutalmente, à paixão pública "a demência da canalha". Não faltam, na história dos instintos malignos da multidão, no estudo instrutivo da contribuição deles para os erros judiciários, casos de lamentável memória que expliquem a severidade dessa aspereza numa pena irritada contra as iniquidades da justiça no seu tempo. No de hoje, com a opinião educada e depurada que reina sobre os países livres, essas impressões populares têm, por via de regra, a orientação dos grandes sentimentos. Para elas se recorre, muitas vezes com vantagens, das sentenças dos maiores tribunais.

Circunstâncias há, porém, ainda entre as nações mais adiantadas e cultas, em que esses movimentos obedecem a verdadeiras alucinações coletivas. Outras vezes a sua inspiração é justa, a sua origem, magnânima. Trata-se de um crime detestável que acordou a cólera popular. Mas, abrasada assim, a irritação pública entra em risco de se descomedir. Já não enxerga a verdade com a mesma lucidez. O acusado reveste aos seus olhos a condição de monstro sem traço de procedência humana. A seu favor não se admite uma palavra. Contra ele tudo o que se alega, ecoará em aplausos.

Desde então começa a justiça a correr perigo, e com ele surge para o sacerdócio do advogado a fase melindrosa, cujas dificuldades poucos ousam arrostar. Faz-se mister resistir à impaciência dos ânimos exacerbados, que não tolera a serenidade das formas judiciais. Em cada uma delas a sofreguidão pública descobre um fato à impunidade. Mas é, ao contrário, o interesse da verdade o que exige que elas se esgotem; e o advogado é o ministro desse interesse. Trabalhando por que não faleça ao seu constituinte uma só dessas garantias da legalidade, trabalha ele, para que não falte à justiça nenhuma de suas garantias.

Eis por que, seja quem for o acusado, e por mais horrenda que seja a acusação, o patrocínio do advogado, assim entendido e exercido assim, terá foros de meritório, e se recomendará como útil à sociedade.

BARBOSA, Rui. **O dever do advogado**. Carta a Evaristo de Morais. 3.ª ed. rev. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2002, p. 37-38 (com adaptações).

QUESTÃO 6

Conclui-se da leitura do texto que seu autor

(A) considera que quem comete um crime é um monstro, pessoa destituída de humanidade.
(B) inspira-se em Voltaire e corrobora seu ponto de vista sobre a justiça.
(C) lamenta que a profissão de advogado tenha perdido prestígio em sua época.
(D) admira o advogado que adere à opinião pública e se recusa a representar acusados de crimes detestáveis.
(E) defende o direito de defesa a todo acusado, independentemente de quem seja ou do que o acusam.

QUESTÃO 7

Considerando as relações de regência e de concordância estabelecidas no texto, assinale a alternativa correta.

(A) O termo "um dia" (linha 1) funciona como objeto direto do verbo "chamou" (linha 1).
(B) O verbo "faltam" (linha 2) está no plural porque concorda com "os erros judiciários" (linhas 4 e 5).
(C) O termo "das sentenças" (linha 12) funciona como complemento nominal de "vantagens" (linha 12).
(D) O termo "Circunstâncias" (linha 14) complementa o verbo "há" (linha 14).
(E) O verbo "Trata-se" (linha 8) concorda com "um crime detestável" (linha 9).

QUESTÃO 8

Assinale a alternativa em que o emprego de vírgula tem a finalidade de marcar a elipse de um termo.

(A) "Não faltam, na história dos instintos malignos da multidão" (linhas 2 e 3).
(B) "No de hoje, com a opinião educada e depurada" (linha 8).
(C) "a sua origem, magnânima" (linhas 17 e 18).
(D) "Mas, abrasada assim, a irritação pública entra em risco" (linhas 19 e 20).
(E) "Eis por que, seja quem for o acusado" (linha 39).

QUESTÃO 9

No texto, o verbo "arrostar" (linha 28) tem o mesmo sentido de

(A) reconhecer.
(B) enfrentar.
(C) confiar.
(D) duvidar.
(E) demonstrar.

QUESTÃO 10

Acerca das relações de referenciação estabelecidas no texto, assinale a alternativa correta.

(A) Na oração "em que esses movimentos obedecem a verdadeiras alucinações coletivas" (linhas 15 a 17), o pronome relativo "que" retoma "Circunstâncias" (linha 14).
(B) Tanto em "aos seus olhos" (linha 22) quanto em "A seu favor" (linhas 23 e 24), o referente do pronome possessivo é o mesmo: "O acusado" (linha 22).
(C) O pronome "elas" (linha 33) refere-se a "dificuldades" (linha 28).
(D) Em "a sua inspiração" (linha 17), o pronome possessivo tem como referente "as nações mais adiantadas e cultas" (linhas 14 e 15).
(E) No trecho "cujas dificuldades" (linha 28), o referente do pronome relativo "cujas" é "advogado" (linha 27).

QUESTÃO 11

Durante a tramitação de requerimentos em uma autarquia federal, um empregado recebe solicitação de sua chefia para antecipar a análise do pedido de um conhecido, apenas em razão desse vínculo pessoal. O pedido não apresenta urgência nem se enquadra em hipótese legal de prioridade. À luz da ética no setor público e dos critérios de atuação previstos na Lei n.º 9.784/1999, assinale a alternativa que apresenta a conduta adequada do empregado.

(A) Antecipar a análise, desde que o favorecimento não produza prejuízo financeiro à autarquia.
(B) Observar os critérios impessoais de tramitação, sem conferir preferência fundada no vínculo pessoal.
(C) Atender à solicitação, desde que a chefia registre por escrito a identidade da pessoa favorecida.
(D) Submeter a antecipação à concordância do beneficiário, para legitimar a alteração da tramitação.
(E) Antecipar a análise, desde que o vínculo pessoal não influencie o conteúdo da decisão final.

QUESTÃO 12

Em 2026, um agente público causa prejuízo patrimonial efetivo a uma autarquia ao deixar, por negligência, de realizar uma conferência obrigatória antes de autorizar um pagamento. A apuração comprova que a conduta foi exclusivamente culposa, sem vontade livre e consciente de alcançar resultado ilícito. Considerando a Lei n.º 8.429/1992, com as alterações da Lei n.º 14.230/2021, assinale a alternativa correta.

(A) O prejuízo comprovado basta para configurar improbidade por lesão ao erário, ainda que a conduta tenha sido exclusivamente culposa.
(B) O descumprimento do dever de cuidado permite presumir o dolo necessário à configuração de improbidade por violação de princípios.
(C) A responsabilização por improbidade depende da comprovação de enriquecimento pessoal do agente, além do prejuízo causado.
(D) A ausência de dolo afasta a configuração de improbidade administrativa, sem excluir, por si só, eventual responsabilização em outras esferas.
(E) O reconhecimento da natureza exclusivamente culposa da conduta afasta tanto a improbidade quanto qualquer obrigação de ressarcimento.

QUESTÃO 13

Uma cidadã apresenta ao CRF/ES pedido de acesso a informações de interesse público, com sua identificação e a especificação dos dados pretendidos. A unidade responsável exige, como condição para processar a solicitação, que ela explique a finalidade da pesquisa e demonstre por que necessita das informações. Considerando a Lei n.º 12.527/2011, assinale a alternativa correta acerca dessa exigência.

(A) É admissível exigir a justificativa quando o requerente não demonstra vínculo profissional com o conselho.
(B) É admissível exigir a justificativa quando a finalidade da pesquisa não pode ser deduzida do pedido.
(C) A justificativa pode ser exigida se o conselho assegurar que ela não será utilizada para negar o acesso.
(D) A justificativa pode ser exigida quando a informação pretendida ainda não foi divulgada na internet.
(E) É vedado condicionar a solicitação à apresentação dos motivos que determinaram o pedido de informação.

QUESTÃO 14

Durante negociação contratual com uma autarquia federal, um representante de sociedade empresária oferece vantagem indevida a um agente público para favorecer a empresa. A oferta, praticada no interesse da sociedade, é comprovada, mas o agente a recusa. Em sua defesa, a empresa sustenta que não pode responder sem a prévia responsabilização individual de seus dirigentes. Com base na Lei n.º 12.846/2013, assinale a alternativa correta.

(A) A sociedade pode responder objetivamente nas esferas administrativa e civil, independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais envolvidas.
(B) A sociedade somente pode responder depois da condenação de um dirigente, pois sua responsabilidade é subsidiária à das pessoas naturais envolvidas.
(C) A recusa da vantagem pelo agente público impede a responsabilização da sociedade, pois o ato lesivo pressupõe o efetivo recebimento da vantagem.
(D) A sociedade pode responder objetivamente, o que impõe a responsabilização automática de seus dirigentes, independentemente da culpabilidade de cada um.
(E) A responsabilização administrativa da sociedade depende de prova de que a vantagem oferecida produziu efetivo benefício econômico para a empresa.

QUESTÃO 15

Uma autoridade é designada para decidir processo administrativo em autarquia federal. Antes de se manifestar, verifica que sua irmã participou da instrução como perita. Embora não tenha interesse pessoal no resultado, a autoridade consulta a assessoria jurídica acerca de sua participação no processo. Nos termos da Lei n.º 9.784/1999, assinale a alternativa que apresenta a orientação correta.

(A) A autoridade pode decidir, pois o impedimento decorrente de parentesco exige que o familiar seja interessado no resultado do processo.
(B) A autoridade deve reconhecer suspeição, cujo efeito se limita à necessidade de submeter sua decisão à homologação da chefia.
(C) A autoridade está impedida e deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar no processo.
(D) A autoridade pode decidir se as partes concordarem expressamente, pois a concordância afasta o impedimento decorrente de parentesco.
(E) A autoridade deve afastar-se apenas da análise do laudo, preservando sua competência para decidir os demais aspectos do processo.

QUESTÃO 16

Durante a elaboração de uma petição, um advogado, do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Espírito Santo (CRF-ES), mantém simultaneamente abertos no computador o navegador, um editor de textos e diversos documentos jurídicos. Considerando o funcionamento básico de um computador, o componente que mantém temporariamente dados e programas em uso, permitindo que sejam acessados rapidamente pelo processador, é o (a)

(A) CPU
(B) BIOS
(C) RAM
(D) SSD
(E) ROM

QUESTÃO 17

Quanto à classificação das redes de computadores segundo a abrangência geográfica, a rede destinada a interligar dispositivos em uma área geográfica relativamente limitada, como uma residência, escritório ou edifício, é denominada

(A) WAN
(B) PAN
(C) MAN
(D) LAN
(E) VPN

QUESTÃO 18

No contexto da proteção contra vírus e outras formas de softwares ou ações intrusivas, assinale a alternativa que apresenta o código malicioso caracterizado pela capacidade de propagar-se automaticamente por redes, enviando cópias de si mesmo de um computador para outro.

(A) *Spyware*
(B) *Worm*
(C) *Ransomware*
(D) *Trojan*
(E) *Backdoor*

QUESTÃO 19

Em relação aos conceitos fundamentais relacionados a dados, a característica utilizada para descrever uma propriedade ou qualidade de uma entidade, podendo assumir diferentes valores para suas ocorrências, é denominada

(A) Atributo
(B) Métrica
(C) Dimensão
(D) Agregação
(E) Transformação

QUESTÃO 20

Assinale a alternativa que contém o recurso, no Microsoft Power BI, empregado para criar cálculos que podem ser utilizados em análises, como somas, médias, percentuais e comparações entre valores, cujo resultado é calculado de acordo com o contexto em que é utilizado em um relatório.

(A) Consulta
(B) Parâmetro
(C) Hierarquia
(D) Relacionamento
(E) Medida

QUESTÃO 21

Assinale a alternativa que apresenta a negação lógica da proposição “Alguma vaca foi para o brejo”.

(A) Nenhuma vaca foi para o brejo.
(B) Alguma vaca não foi para o brejo.
(C) Todas as vacas foram para o brejo.
(D) Mais de uma vaca foi para o brejo.
(E) Exatamente uma vaca foi para o brejo.

QUESTÃO 22

Em um conto de fadas, uma princesa beija um sapo na tentativa de transformá-lo em príncipe. A probabilidade de o encantamento ser desfeito com esse beijo é de 30%. Se isso não acontecer, ela dará um segundo e último beijo, que terá probabilidade de 50% de desfazer o encantamento.

Assinale a alternativa que apresenta a probabilidade de a princesa conseguir transformar o sapo em príncipe.

(A) 15%
(B) 35%
(C) 50%
(D) 65%
(E) 80%

QUESTÃO 23

Em um encontro de 80 videntes, 43 leem a sorte nas cartas, 35 preveem o futuro em bolas de cristal e 16 realizam ambas as atividades.

Assinale a alternativa que apresenta o número de videntes desse encontro que não realizam nenhuma dessas duas atividades.

(A) 2
(B) 18
(C) 37
(D) 45
(E) 62

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa que apresenta uma proposição logicamente equivalente a “Se o lobisomem vai à festa, então chega depois da meia-noite”.

(A) O lobisomem vai à festa e chega depois da meia-noite.
(B) O lobisomem vai à festa ou chega depois da meia-noite.
(C) Se o lobisomem não chega depois da meia-noite, então não vai à festa.
(D) Se o lobisomem chega depois da meia-noite, então vai à festa.
(E) O lobisomem vai à festa e não chega depois da meia-noite.

QUESTÃO 25

A coelha Lola sobe uma escada de seis degraus, saltando um ou dois degraus de cada vez, sempre para cima. Após um salto de dois degraus, o próximo salto, se houver, deve ser de apenas um degrau.

Assinale a alternativa que apresenta o número de sequências distintas de saltos que permitem que Lola chegue exatamente ao sexto degrau, partindo do chão.

(A) 4
(B) 5
(C) 6
(D) 8
(E) 9

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26

De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que apresenta corretamente um direito dos trabalhadores urbanos e rurais.

(A) Remuneração do trabalho noturno equiparada à do diurno.
(B) Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção culposa.
(C) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, excluindo apenas a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo.
(D) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
(E) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso

QUESTÃO 27

De acordo com a Constituição Federal de 1988, especialmente sobre os dispositivos que disciplinam a liberdade de associação profissional ou sindical, assinale a alternativa correta.

(A) O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
(B) Para o trabalhador rural, é obrigatória a filiação ao respectivo sindicato.
(C) A fundação de sindicato de categoria econômica demanda autorização do Estado, nos termos da lei.
(D) É lícita a criação de até duas organizações sindicais representativas da mesma categoria profissional na mesma base territorial.
(E) A participação dos sindicatos nas negociações coletivas é facultativa.

QUESTÃO 28

De acordo com a Constituição Federal de 1988, sobre o sistema tributário nacional, assinale a alternativa correta.

(A) É vedado aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos outros Municípios.
(B) Compete à União instituir impostos sobre propriedade de veículos automotores
(C) Compete aos Municípios instituir impostos sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
(D) Compete aos Estados instituir impostos sobre propriedade territorial urbana.
(E) Compete aos Municípios instituir impostos sobre grandes fortunas.

QUESTÃO 29

De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

(A) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originalmente, a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
(B) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originalmente, o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território
(C) Compete ao Conselho Nacional de Justiça rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.
(D) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originalmente, as revisões criminais dos julgados do Superior Tribunal de Justiça.
(E) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais.

QUESTÃO 30

De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

(A) Compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
(B) Compete ao Conselho de Defesa Nacional autorizar a decretação da intervenção federal, do estado de defesa e do estado de sítio.
(C) Compete ao Conselho da República opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz.
(D) O Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior do Trabalho participam como membros natos do Conselho de Defesa Nacional.
(E) Participam do Conselho da República sete cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade.

QUESTÃO 31

De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que **não** representa uma condição de elegibilidade.

(A) A nacionalidade brasileira.
(B) Idade mínima de vinte e um anos para Vereador.
(C) O alistamento eleitoral.
(D) O pleno exercício dos direitos políticos.
(E) A filiação partidária.

QUESTÃO 32

Assinale a alternativa correta sobre os atos administrativos.

(A) A imperatividade é o atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública.
(B) A decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação.
(C) O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.
(D) As decisões adotadas por delegação prescindem de menção expressa a esta qualidade.
(E) É vedada, em qualquer hipótese, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

QUESTÃO 33

Assinale a alternativa correta sobre processo administrativo.

(A) É vedado iniciar o processo administrativo de ofício.
(B) É prescindível a elaboração, pelas entidades administrativas, de formulários padronizados para assuntos que importem pretensões equivalentes.
(C) A publicação do ato de delegação e de sua revogação no meio oficial é facultativa.
(D) São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezoito anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.
(E) A competência é renunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

QUESTÃO 34

Assinale a alternativa correta.

(A) É permitido ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos prever, nos atos que praticar, situações que estabeleçam preferências em razão do domicílio dos licitantes.
(B) Poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante.
(C) Em licitação, é vedado o auxílio ao agente de contratação por equipe de apoio.
(D) Em licitação que envolva serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, é vedada a contratação de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.
(E) Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

QUESTÃO 35

Assinale a alternativa correta.

(A) A terceira linha de defesa das contratações públicas é integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade.
(B) Na fiscalização de controle das contratações públicas será observado definição de objetivos, nos regimes de empreitada por preço global, atendidos os requisitos técnicos, legais, orçamentários e financeiros, de acordo com as finalidades da contratação.
(C) É vedada a suspensão cautelar do processo licitatório.
(D) A omissão na prestação das informações impedirá as deliberações dos órgãos de controle e retardará a aplicação de qualquer de seus prazos de tramitação e de deliberação.
(E) Os órgãos de controle não desconsiderarão os documentos impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

QUESTÃO 36

Assinale a alternativa correta.

(A) O Portal Nacional de Contratações Públicas destina-se à realização obrigatória das contratações pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos.
(B) O Comitê Gestor do Portal Nacional de Contratações Públicas será presidido por representante indicado pelo Presidente do Senado Federal.
(C) O Portal Nacional de Contratações Públicas tem como única funcionalidade oferecer o sistema de registro cadastral unificado.
(D) O Portal Nacional de Contratações Públicas conterá contratos e termos aditivos.
(E) É vedada a inclusão de notas fiscais eletrônicas no Portal Nacional de Contratações Públicas.

QUESTÃO 37

Assinale a alternativa correta.

(A) É permitido à Administração retardar imotivadamente a execução de obra ou serviço contratado.
(B) Nas contratações de obras e serviços de engenharia, quando o licenciamento ambiental for de responsabilidade da Administração, a licença prévia, quando cabível, poderá ser obtida após a divulgação do edital.
(C) O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
(D) O contratante e o contratado serão responsáveis pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
(E) A contratação de terceiros eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato.

QUESTÃO 38

De acordo com a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

(A) Quando a lei for omissa, é vedado ao juiz decidir o caso de acordo com a analogia.
(B) Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
(C) Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso, tampouco ação rescisória.
(D) A lei posterior sempre revoga a anterior quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
(E) A lei começa a vigorar em todo o país trinta e cinco dias depois de oficialmente publicada, salvo disposição em contrário.

QUESTÃO 39

Acerca do Código Civil, assinale a alternativa correta.

(A) Quem se assenhorear de coisa sem dono para logo lhe adquire a propriedade, não sendo essa ocupação defesa por lei.
(B) Transfere-se a propriedade a tradição, quando tiver por título um negócio jurídico nulo.
(C) A propriedade das coisas transfere-se pelos negócios jurídicos independentemente da tradição.
(D) Aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante 1 ano, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.
(E) Se a posse da coisa móvel se prolongar por três anos, produzirá usucapião, independentemente de título ou boa-fé.

QUESTÃO 40

De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta.

(A) É ilícito às partes estipular contratos atípicos.
(B) Pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva, desde que haja consentimento expresso do titular da herança, formalizado por escritura pública.
(C) A liberdade contratual será exercida exclusivamente com base no princípio da intervenção mínima.
(D) A observância dos princípios de probidade e boa-fé na execução do contrato poderá ser flexibilizada.
(E) Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

QUESTÃO 41

A respeito do Código Civil, assinale a alternativa correta.

(A) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, ocorrerá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.
(B) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
(C) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
(D) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
(E) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for divisível.

QUESTÃO 42

De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta.

(A) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, mesmo que necessária a declaração de vontade expressa.
(B) A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio.
(C) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
(D) No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
(E) Nas declarações de vontade se atenderá mais o sentido literal da linguagem do que a intenção nelas consubstanciada.

QUESTÃO 43

Considerando o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

(A) Haverá resolução do mérito quando, em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
(B) Não haverá resolução do mérito quando o juiz decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência.
(C) Não haverá resolução do mérito quando o juiz homologar a transação.
(D) Não haverá resolução do mérito quando o juiz reconhecer a existência de perempção.
(E) Haverá resolução do mérito quando o juiz acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem.

QUESTÃO 44

De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

(A) Os fatos admitidos no processo como incontroversos dispensam prova somente quando versarem sobre direitos patrimoniais disponíveis.
(B) A produção antecipada da prova será admitida apenas quando o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.
(C) A produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
(D) A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do réu.
(E) O ônus da prova incumbe ao réu, quanto ao fato constitutivo de seu direito.

QUESTÃO 45

De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

(A) Os recursos impedem a eficácia da decisão.
(B) O Ministério Público pode interpor recurso apenas quando atuar como parte, sendo-lhe vedado recorrer na condição de fiscal da ordem jurídica.
(C) Em causa entre Estado estrangeiro e pessoa residente no Brasil, admite-se o recebimento de apelação como recurso ordinário pelo STJ, em aplicação do princípio da fungibilidade recursal, não constituindo erro grosseiro.
(D) O erro na interposição do recurso é insanável, mesmo quando o próprio juiz induziu a parte a erro.
(E) Cabe reclamação contra ato do próprio STJ.

QUESTÃO 46

De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

(A) O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido.
(B) A assistência simples obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido.
(C) O assistente não pode ser considerado o substituto processual quando omisso o assistido.
(D) A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, exceto nos processos em trâmite nos Tribunais Superiores.
(E) Se qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse jurídico para intervir, o juiz decidirá o incidente, devendo suspender o processo

QUESTÃO 47

De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

(A) A competência relativa não se modifica pela conexão.
(B) Dá-se a conexão entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
(C) O primeiro despacho proferido no processo torna prevento o juiz.
(D) O foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.
(E) Antes da citação, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz.

QUESTÃO 48

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, para os empregados que trabalham em embarcações da marinha mercante nacional, assinale a alternativa correta.

(A) A exigência do serviço contínuo ou intermitente ficará a critério do comandante e, neste último caso, nunca por período menor que 2 (duas) horas.
(B) O trabalho executado aos domingos e feriados será considerado extraordinário, mesmo que se destine às manobras para a entrada ou saída de portos.
(C) Entre as horas 0 (zero) e 24 (vinte e quatro) de cada dia civil, o tripulante poderá ser conservado em seu posto durante 12 (doze) horas, quer de modo contínuo, quer de modo intermitente.
(D) As horas de trabalho extraordinário apenas poderão ser compensadas pelo pagamento do salário correspondente.
(E) Não excederá de 30 (trinta) horas semanais o serviço extraordinário prestado para o tráfego nos portos.

QUESTÃO 49

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, para os empregados que trabalham no interior das câmaras frigoríficas, assinale a alternativa correta.

(A) Depois de 1 (uma) hora e 40 (quarenta) minutos de trabalho contínuo, será assegurado um período de 30 (trinta) minutos de repouso, computado esse intervalo como de trabalho efetivo.
(B) Depois de 1 (uma) hora e 40 (quarenta) minutos de trabalho contínuo, será assegurado um período de 20 (vinte) minutos de repouso, computado esse intervalo como de trabalho efetivo.
(C) É assegurado, apenas, o fornecimento de vestimentas aprovadas pelo órgão competente do Poder Executivo.
(D) Considera-se artificialmente frio o que for inferior, nas primeira, segunda e terceira zonas climáticas do mapa oficial do Ministério do Trabalho, Industria e Comercio, a 20° (vinte graus), na quarta zona a 15° (quinze graus), e nas quinta, sexta e sétima zonas a 12° (doze graus).
(E) Além do fornecimento de vestimentas aprovadas pelo órgão competente, é assegurado repouso de quinze minutos após duas horas de trabalho contínuo.

QUESTÃO 50

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, sobre a proteção à maternidade, assinale a alternativa correta.

(A) Constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher apenas o fato de haver contraído matrimônio.
(B) A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho garante à empregada gestante a estabilidade provisória, exceto durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado.
(C) É garantida à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, 6 (seis) consultas médicas e demais exames complementares.
(D) A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo do emprego e do salário.
(E) Os períodos de repouso, antes e depois do parto, poderão ser aumentados de 4 (quatro) semanas cada um, mediante atestado médico.